

REGISTROS ELETRÔNICOS EM SAÚDE: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE REGISTROS DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE NO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO DO E-SUS APS

LUIZ TENÓRIO FILHO*

FRANCISCA ROSALINE LEITE MOTA**

Resumo: *O presente trabalho tem como objetivo estudar a importância dos registros eletrônicos em saúde no contexto do Prontuário Eletrônico do Cidadão do e-SUS APS, sob a ótica dos profissionais de saúde de um município do estado de Alagoas, Brasil. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, composta por um estudo de caso, com a utilização de questionários aplicados aos profissionais de saúde. Os resultados apontam as percepções dos profissionais de saúde junto a operacionalização do Prontuário Eletrônico do cidadão, evidenciando desafios e dificuldades vivenciadas por esses profissionais na utilização desse novo sistema. Apresenta reflexões sobre as contribuições do registro eletrônico das informações em saúde. Conclui que os registros das informações em saúde de forma eletrônica têm se tornado uma realidade cada vez mais evidente nas organizações em saúde.*

Palavras-chave: *e-SUS APS; Prontuário Eletrônico do Cidadão; Registros eletrônicos em saúde.*

Abstract: *The present work aims to study the importance of electronic health records in the context of the e-SUS APS Electronic Citizen Record, from the perspective of health professionals in a municipality in the state of Alagoas, Brazil. Regarding methodological procedures, the study was qualitative in nature, with a descriptive and exploratory approach, consisting of a case study, using surveys applied to health professionals. The results point to the perceptions of health professionals regarding the operationalisation of the citizen's Electronic Medical Record, highlighting the challenges and difficulties experienced by these professionals when using this new system. It brings also contributions to the electronic record of health information. It was possible to conclude that recording health information electronically has become an increasingly evident reality in health organisations.*

Keywords: *e-SUS APS; Electronic Citizen Record; Electronic health records.*

INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação vem transformando diversos setores da sociedade contemporânea e o setor saúde não é uma exceção. Nesse cenário, os registros das informações em saúde de forma eletrônica têm se tornado uma realidade cada vez mais evidente,

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: luiz.tenorio100.lt@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1946-4983>.

** Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: francisca.mota@ichca.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7283-0770>.

de forma a proporcionar inúmeras vantagens e oportunidades para aprimorar a assistência em saúde nas organizações (Sales e Pinto 2019).

Nessa perspectiva, o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) do e-SUS APS emerge como uma ferramenta essencial para a gestão eficiente dos cuidados de saúde e o acesso às informações relevantes dos pacientes (Coelho Neto 2019).

Desde a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 19 de setembro de 1990, por meio da Lei n.º 8.080, que estabelece as diretrizes para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, os sistemas de informação em saúde (SIS) têm desempenhado um papel crucial na estrutura organizacional desse sistema público de saúde. O SUS é composto por uma variedade de sistemas de informações, cujo desenvolvimento tem como objetivo facilitar a formulação e avaliação de políticas, planos e programas de saúde, além de fornecer subsídios para a tomada de decisões na gestão da saúde pública (Brasil. Leis, decretos, etc. 1990).

De acordo com Mota (2009), «as informações na área da saúde costumam ser heterogêneas, complexas e mal estruturadas». Diante dessa complexidade, torna-se imperativo adotar sistemas capazes de processar e subsidiar o uso eficaz dessas informações. A natureza diversificada e desafiadora dos dados de saúde requer abordagens que possam lidar com a heterogeneidade e complexidade inerentes a esse campo, a fim de otimizar a utilidade das informações para aprimorar continuamente a prestação de serviços de saúde.

Buscando modernizar e informatizar os processos de coleta e registro das informações na atenção primária no território nacional, o Ministério da Saúde do Brasil teve a iniciativa de disponibilizar o Sistema de Informação em Saúde para Atenção Primária à Saúde (e-SUS APS), tendo o PEC, como um componente essencial desse sistema, permitindo o armazenamento e a recuperação de informações clínicas e administrativas dos usuários do sistema de saúde (Brasil. Ministério da Saúde 2018).

Diante desse cenário, o presente trabalho teve como objetivo estudar a importância dos registros eletrônicos em saúde no contexto do PEC do e-SUS APS, sob a ótica dos profissionais de saúde, destacando os benefícios e desafios vivenciados por esses profissionais.

1. RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS DA INFORMAÇÃO E REGISTROS ELETRÔNICOS EM SAÚDE

As transformações que vêm desencadeando mudanças no cenário global revelam um novo paradigma na sociedade contemporânea, pautadas no avanço das tecnologias de informação e comunicação. Conforme Carvalho (2009), a sociedade da informação não é uma tendência passageira; ao contrário, representa uma alteração significativa nas estruturas sociais, econômicas e nas organizações que a percebem como um novo paradigma técnico e econômico. Essa nova sociedade orientada pela informação é caracterizada pelas

redes que abrangem a produção, o processamento, o controle e o uso estratégico de ativos informacionais (Souza 2011). Todo esse processo é intensamente moldado e guiado pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (Castells 1999).

Nesse contexto, no âmbito das ciências da saúde, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm proporcionado contribuições significativas para o aprimoramento desta área, manifestando-se tanto na perspectiva da elevação da qualidade do atendimento ao paciente quanto na otimização da gestão organizacional na área da saúde. A aplicabilidade efetiva dessas tecnologias tem impulsionado avanços tanto no domínio da assistência à saúde quanto no campo da educação em saúde, promovendo uma reflexão acerca da interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação em saúde (Sales e Pinto 2019).

A necessidade de fortalecer o debate sobre a importância das TDIC evidenciou-se a partir do ano de 2007. De acordo com as investigações conduzidas por Sales, Oliveira e Pinto (2018), a aproximação entre a Ciência da Informação (CI) e as Ciências da Saúde (CS) se tornou mais efetiva com o estabelecimento da revista eletrônica de comunicação, *Informação & Inovação em Saúde*. Em seguida, essa relação começou a transitar em eventos acadêmicos, sendo um marco significativo o ano de 2008 com a realização do Colóquio Internacional *A Medicina na Era da Informação* (MEDINFOR), seguido pelo Seminário Internacional de Informação para a Saúde (SINFORGEDS) em 2009. Dessa forma, a correlação entre informação e saúde vem crescendo progressivamente, um desenvolvimento reforçado pela instituição do Grupo de Trabalho 11 – *Informação e Saúde* durante o XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) em 2010, consolidando ainda mais os vínculos entre a CI e as CS.

Nesse sentido, Silva e Pinto (2019) ressaltam a importância e a relevância dos sistemas de registros eletrônicos empregados no campo da saúde, de forma que viabilizem a troca de dados e informações, de forma eficiente e eficaz, contribuindo para a concretização de um sistema nacional de informação em saúde.

Nessa perspectiva, a inserção das TDIC no âmbito da saúde emerge como um paradigma crucial para alcançar os objetivos estratégicos das instituições dessa área. A aplicação destas tecnologias é cada vez mais percebida como uma necessidade primordial, estando diretamente associada à eficácia dos serviços oferecidos no setor da saúde (Sales e Pinto 2019).

2. PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO (PEC) E-SUS APS

No âmbito da saúde, as TDIC oferecem uma variedade de recursos destinados a simplificar a criação, utilização e gestão de dados, informações e conhecimento em saúde. Fundamentalmente, a interoperabilidade se configura como a capacidade inerente aos diversos Sistemas de Informação em Saúde (SIS) e aplicativos de *software* no setor, permitindo-lhes comunicar-se eficientemente entre os diferentes sistemas disponíveis

no SUS. Essa habilidade não apenas envolve a troca de dados, mas também a utilização eficaz das informações trocadas para respaldar e viabilizar todos os aspectos das políticas do SUS (Sciarra e Rondina 2018).

No contexto de um dos maiores sistemas de saúde pública global, o SUS integra sistemas de informação para a integração da rede de saúde, visando possibilitar a interoperabilidade entre distintos SIS empregados nas práticas de saúde conduzidas por organizações de saúde (Brasil. Ministério da Saúde 2017).

Dada a magnitude do SUS, inúmeros desafios e problemas surgem cotidianamente. Segundo Sampaio (2017), o sistema de saúde no Brasil é caracterizado por uma estrutura fragmentada, organizada em níveis de atenção com complexidades diversas, voltada para a promoção, restauração e manutenção da saúde dos indivíduos. Portanto, é importante que os SIS atendam às particularidades dos variados níveis de atenção, garantindo a qualidade e a segurança dos dados, viabilizando a eficiente e eficaz troca de informações entre esses níveis (Sampaio 2017).

Dentre as inovações utilizadas para atender à crescente demanda por informações na área da saúde, Silva (2019) destaca o termo e-SUS, referindo-se a um SUS eletrônico com a finalidade principal de auxiliar e contribuir para a organização do trabalho dos profissionais de saúde, elemento crucial para subsidiar a qualidade da atenção à saúde no setor.

Nesse contexto, a estratégia e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) é uma política pública implementada pelo Ministério da Saúde a partir de 2013, visando reestruturar e integrar as informações da atenção básica em âmbito nacional (Coelho Neto 2019), reduzindo a carga de trabalho na «coleta, inserção, gestão e uso da informação na Atenção Básica, permitindo que a coleta de dados esteja inserida nas atividades cotidianas dos profissionais» (Brasil. Ministério da Saúde 2018, p. 4).

A coleta de informações na atenção básica era anteriormente realizada por meio do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) desde 1994 e, ao longo do tempo, o SIAB tornou-se ineficiente, não atendendo mais às políticas de saúde das unidades básicas. Como resposta a essas deficiências, o Ministério da Saúde está implementando o novo SISAB por meio da estratégia «e-SUS AB» (Brasil. Ministério da Saúde 2018).

A concepção do e-SUS AB foi inaugurada em 2011, em conformidade com um conjunto de especificações elaboradas pelo Departamento de Atenção Básica, pela Secretaria de Atenção à Saúde e pelo Ministério da Saúde, direcionadas à gestão e ao registro eletrônico da atenção básica (Vieira 2014).

Conforme o manual do e-SUS (Brasil. Ministério da Saúde 2018), a estratégia e-SUS AB é composta por dois sistemas principais: o Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica (SISAB) e o Sistema e-SUS AB. Este último, por sua vez, divide-se em dois *softwares* específicos para a coleta de dados:

- Sistema de Coleta de Dados Simplificado (CDS): uma plataforma que suporta o processo de coleta de dados através de fichas e um sistema de digitação;
- Sistema com Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC): uma ferramenta que integra prontuários eletrônicos, visando à informatização das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O PEC engloba funcionalidades destinadas à integração de todas as informações referentes ao paciente, as quais são geradas por diversos profissionais da área da saúde. Estes dados são registrados durante os atendimentos, tanto presenciais realizados pelos profissionais de saúde por meio de computadores, quanto em visitas domiciliares, sendo inseridos de forma *online* por meio de *tablets* utilizados pelos agentes comunitários de saúde. O PEC desempenha um papel crucial como ferramenta de suporte ao usuário, proporcionando acesso a dados e informações de maneira íntegra e fidedigna.

O guia de implementação da estratégia AB do e-SUS delinea seis cenários potenciais de implementação, anteriormente definidos pelo DAB/MS. Essas perspectivas levam em conta a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município. De maneira abrangente, a avaliação é conduzida com base na quantidade de computadores com acesso à Internet disponíveis na Rede Municipal de Saúde (RMS) e/ou nas UBS (Brasil. Ministério da Saúde 2014).

O cenário ideal para a implementação da versão *online* do PEC no e-SUS Atenção Primária em Saúde, conforme indicado pelo Ministério da Saúde, é representado pelo sexto cenário. Nesse cenário, há a presença de computadores e uma conexão à Internet estável nas unidades básicas de saúde. É relevante observar que a maioria dos consultórios nessas unidades de saúde já está equipada com computadores, possibilitando assim a sincronização em tempo real dos dados durante o atendimento, conforme ilustrado na Figura 1.

O Departamento de Atenção Básica (DAB) aponta que o PEC constitui o *software* ideal para efetivar de maneira apropriada a estratégia e-SUS APS. Tal convicção fundamenta-se nos inúmeros benefícios que o PEC proporciona, incluindo a otimização do fluxo de atendimentos nas unidades básicas de saúde, a alocação eficiente do tempo economizado para a prestação de serviços aos usuários dessas unidades, aprimoramento nos custos relacionados à gestão da informação, compartilhamento de relatórios de encaminhamento e diagnóstico reverso entre os profissionais envolvidos em um mesmo tratamento, integração de ferramentas essenciais para respaldar as decisões dos gestores, e disponibilidade de uma plataforma informacional que possibilita às equipes de saúde avaliar, em um intervalo breve e com custo relativamente baixo, as informações referentes aos seus pacientes. Dentro desse contexto, o PEC emerge como uma ferramenta excepcional, caracterizada por configurações flexíveis e uma variedade de recursos disponíveis (Brasil. Ministério da Saúde 2014).

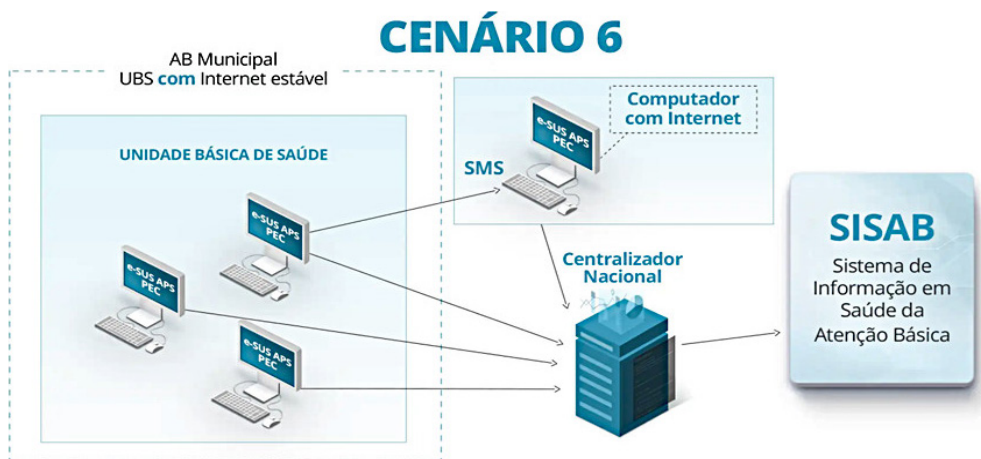


Fig. 1. Cenário 6 para implantação da estratégia e-SUS AB
 Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde 2014

3. METODOLOGIA

A pesquisa se deu por meio de natureza básica, com abordagem quanti-quali. Quanto aos objetivos de pesquisa, foram escolhidos dois objetivos: exploratório e descritivo. A pesquisa foi classificada como um estudo de caso, sendo dividida em quatro etapas: na primeira etapa, foi realizada uma revisão da literatura sobre temas que subsidiaram a discussão teórica da pesquisa; na segunda etapa foi realizada a confecção e aplicação do questionário e TCLE; na terceira etapa foi realizada a análise dos dados; e a quarta etapa foi a consolidação dos dados da pesquisa.

O universo da pesquisa foi composto por 12 estratégias de saúde da família, de um município alagoano. A amostra foi composta por 172 profissionais que atuam nas equipes de estratégias da família e utilizam o e-SUS APS para registros da informação em saúde.

Como instrumento de coleta, foi utilizado questionário, que segundo Creswell (2010) é uma técnica de investigação composta por questões, que tem como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas pelos participantes. O questionário impresso foi aplicado em conjunto com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aos participantes elegíveis. E para análise dos dados, foi escolhida a análise de conteúdo.

4. RESULTADOS

Os profissionais elegíveis para participar da pesquisa foram os que atuam diretamente com os registros de informações no PEC do e-SUS APS.

Com a finalidade de compreender como as informações são registradas e quais são os desafios enfrentados por esses profissionais ao registrar as informações no PEC, foram distribuídos 172 questionários, tendo uma devolutiva de 154 respondentes.

Com o propósito de investigar os procedimentos de registros das informações no prontuário eletrônico do cidadão na área da saúde municipal, indagamos os profissionais de saúde envolvidos na Estratégia de Saúde da Família sobre o instrumento que empregam para coletar informações em suas práticas laborais. Avaliamos se fazem uso de fichas impressas na versão CDS ou se recorrem à versão PEC do e-SUS para o registro de informações no sistema. Desse modo, foi possível discernir a proporção de profissionais que utilizam as fichas impressas em comparação com aqueles que utilizam diretamente o sistema, como demonstra a Figura 2 abaixo.

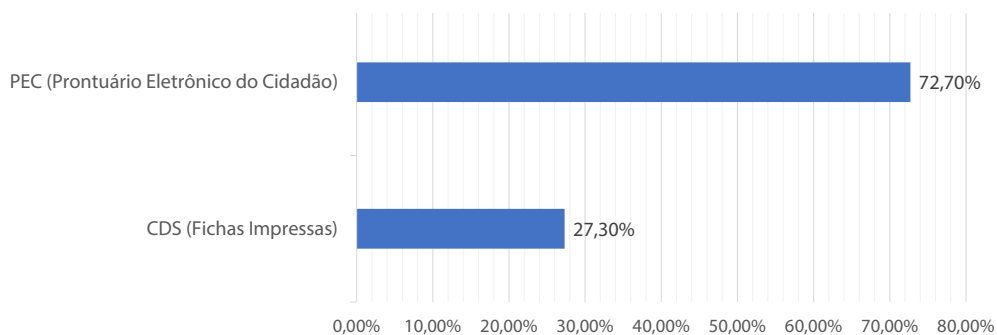


Fig. 2. Percentual de profissionais que utilizam o CDS e o PEC

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Dentre esses profissionais, 72,7% apontam utilizar exclusivamente o PEC para os registros das informações em saúde em sua prática, e 27,3% as fichas impressas da versão CDS do e-SUS APS, para serem inseridas futuramente no sistema. Dessa maneira, grande parte aponta que o registro eletrônico das informações em saúde dos pacientes é realizado no próprio atendimento junto ao paciente por meio do PEC.

Quando questionados se os mesmos tinham alguma dificuldade no registro das informações no PEC, 59,1% dos profissionais alegaram não ter dificuldades no registro das informações, entretanto outra metade significativa — 40,9% dos profissionais — sinalizou algum tipo de dificuldade no registro das informações no sistema, como demonstra a Figura 3. O que emite um alerta para a importância de promover novas capacitações e atualização dos profissionais visando mitigar essas dificuldades.

Buscando compreender essas dificuldades, questionamos aos profissionais de saúde, se eles concordavam que o PEC contemplava todas as informações necessárias para assistir seus pacientes. Desse modo, foi possível discernir a proporção de profissionais que apontam a capacidade que o PEC contempla em registrar as informações como demonstra a Figura 4.

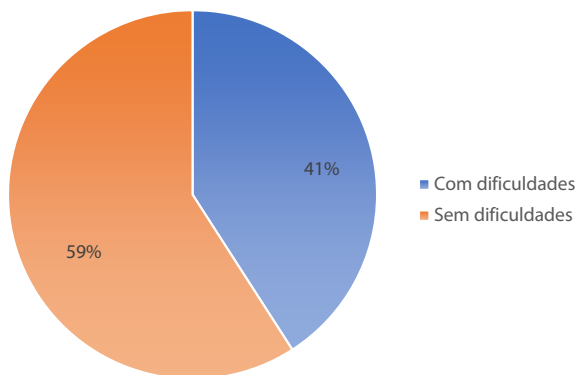


Fig. 3. Percentual de profissionais que apontam dificuldades no registro
 Fonte: Dados da pesquisa, 2022

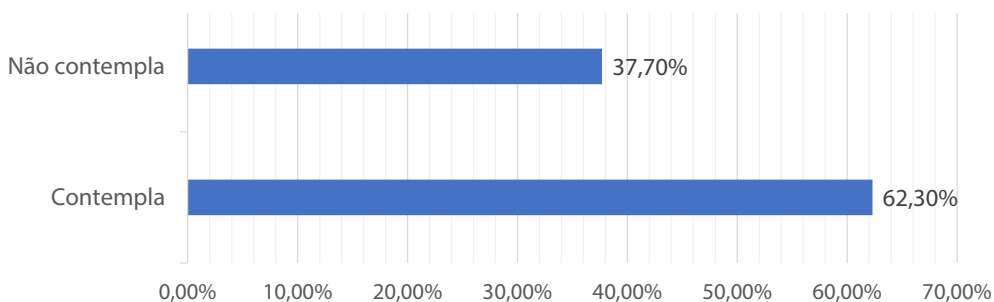


Fig. 4. Percentual de profissionais que apontam que o PEC não contempla os registros das informações
 Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Por meio desse questionamento, foi possível constatar que 62,3% dos profissionais afirmam que o PEC contempla todas as informações a serem registradas em seus atendimentos. Entretanto 37,7% dos profissionais discordam dessa afirmação.

Já em relação a dúvidas no registro das informações em saúde, 83,6% dos profissionais afirmam não ter dúvidas nos campos a serem preenchidos, e só 16,4% apontam ter dúvidas no preenchimento de alguns campos (Fig. 5).

E, por fim, quando indagamos se eles receberam algum tipo de treinamento para operacionalizar o PEC, 91,5% dos profissionais declararam que realizaram capacitações, e só 8,5% dos profissionais não realizaram capacitações e começaram a operacionalizar o PEC por meio de manuais instrutivos, como demonstra a Figura 6.

As respostas fornecidas pelos profissionais destacam os principais obstáculos e desafios vivenciados pelos profissionais na operacionalização do registro de informações no sistema PEC. Estes relatos revestem-se de relevância significativa, uma vez que identificam elementos passíveis de interferir no processo de registros de dados relacionados à saúde. A identificação desses fatores possibilita a implementação de soluções, resultando em uma melhoria substancial na qualidade dos dados armazenados na área da saúde.

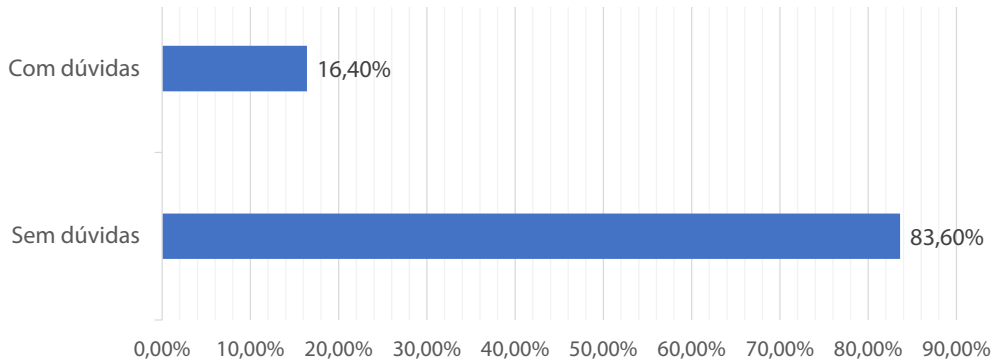


Fig. 5. Percentual de profissionais que apresentam dúvidas no registro de alguns campos
Fonte: Dados da pesquisa, 2022

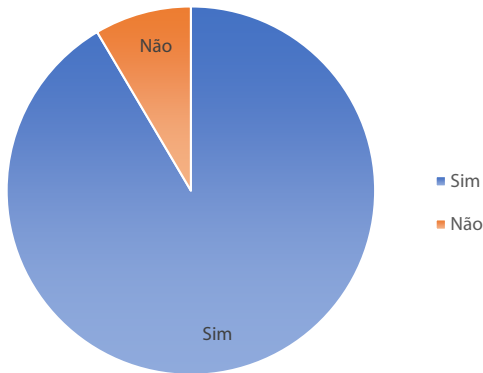


Fig. 6. Percentual de profissionais que realizaram capacitações
Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Entretanto, o registro de informações em saúde no PEC do e-SUS APS representa um avanço significativo na gestão dos cuidados de saúde e na melhoria da qualidade assistencial oferecida pelos profissionais de saúde (Coelho Neto e Chioro 2021).

CONCLUSÕES

O presente estudo propôs investigar a importância dos registros eletrônicos no âmbito da atenção primária em saúde, em um município alagoano, no Brasil, por meio do PEC do e-SUS APS, sob a perspectiva dos profissionais de saúde.

Por meio dos dados coletados, foi possível evidenciar que os registros eletrônicos desempenham um papel fundamental na otimização dos serviços de saúde desenvolvidos nas organizações de saúde, proporcionando benefícios significativos para a gestão da informação e assistência clínica em saúde à população.

Desse modo, vários benefícios foram apontados pelos profissionais, como melhorias na gestão da informação, eficiência no registro e atendimento. Além disso, a integração

dos diferentes níveis de atenção contribuiu para uma assistência mais integrada, informada e centrada no paciente, promovendo uma abordagem mais eficiente e eficaz.

Entretanto, também foi possível evidenciar desafios que vêm sendo enfrentados pelos profissionais de saúde na operacionalização e registro das informações. Questões relacionadas à capacitação insuficientes e às dificuldades de registros em alguns campos apontam aos gestores a necessidade de implementação de estratégias de capacitações adequadas para superar esses obstáculos.

Nesse sentido, é importante que seja promovida uma cultura organizacional favorável à inovação e à transformação digital na saúde, de forma a sensibilizar os gestores e os profissionais de saúde sobre a importância dos registros eletrônicos, a fim de que a implementação do PEC do e-SUS APS seja bem-sucedida.

Por fim, almeja-se que este estudo possa contribuir para compreender de forma mais profunda a perspectiva dos profissionais de saúde em relação aos registros eletrônicos, fornecendo *insights* valiosos para aprimorar as políticas e práticas relacionadas à gestão da informação em saúde, avançando em direção a uma era cada vez mais digital na saúde.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Leis, decretos, etc., 1990. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Seção 1* [Em linha] [consult. 2023-04-15]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS, 2017. Em: *Portal da saúde: DATASUS: Projetos* [Em linha]. Brasília [consult. 2021-01-12]. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portal do Departamento de Atenção Básica, 2018. Em: *O Que é o e-SUS AB* [Em linha]. Brasília: M. S., P. D. A. B. [consult. 2023-04-14]. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/o_que_e_esus_ab.php.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, 2014. Em: *e-SUS Atenção Básica: manual do Sistema com Coleta de Dados Simplificada: CDS*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva.
- CARVALHO, A. L. B., 2009. Informação em saúde como ferramenta estratégica para a qualificação da gestão e o fortalecimento do controle social no SUS. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva* [Em linha]. Jul./set., 3(3) 16-30 [consult. 2023-04-12]. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/719>.
- CASTELLS, M., 1999. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- COELHO NETO, G. C., 2019. *Integração entre Sistemas de Informação em Saúde: o caso do e- SUS* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo [consult. 2023-12-12]. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/50934>.
- COELHO NETO, G. C., e A. CHIORO, 2021. Afinal, quantos Sistemas de Informação em Saúde de base nacional existem no Brasil? *Cadernos de Saúde Pública* [Em linha]. 37(7) [consult. 2023-12-12]. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7883/17643>.
- CRESWELL, J. W. W., 2010. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2.^a ed. Porto Alegre: Bookman.

- MOTA, F. R. L., 2009. *Registro de informação no sistema de informação em saúde: um estudo das bases Sinasc, Siab e SIM no estado de Alagoas* [Em linha]. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte [consult. 2023-04-03]. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7V4PXY/1/tese_francisca.pdf.
- SALES, O. M. M., H. P. C. OLIVEIRA, e V. B. PINTO, 2018. Ciência da informação e ciências da saúde: diálogos construídos por meio da interdisciplinaridade. Em: *XIX ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Londrina, 2018 – Anais* [Em linha] [consult. 2022-07-11]. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1371/1816.
- SALES, O. M. M, e V. B. PINTO, 2019. Tecnologias digitais de informação para a saúde: revisando os padrões de metadados com foco na interoperabilidade. *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde* [Em linha]. Jan-mar., **13**(1) 208-221 [consult. 2023-04-18]. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1469>.
- SAMPAIO, C. S. J. C., 2017. *Otimização do e-SUS para profissionais da Atenção Primária à Saúde* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Enfermagem Fundamental, Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto [consult. 2023-05-14]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-29112017-193221/pt-br.php>.
- SCIARRA, A. M. P., e J. M. RONDINA, 2018. Informática em saúde e a interoperabilidade nos sistemas hospitalares. *Arquivos de Ciências da Saúde* [Em linha]. Jul., **25**(2) [consult. 2023-05-14]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326598147_Informatica_em_Saude_e_a_Interoperabilidade_nos_Sistemas_Hospitalares.
- SILVA, F. A. M., 2019. *Avaliação do serviço (e-SUS – AB) na perspectiva dos gestores municipais de saúde da 7.ª região da Paraíba* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, São Paulo [consult. 2022-07-19]. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3627>.
- SILVA, M. P. B. E., e V. B. PINTO, 2019. Considerações sobre a integração dos sistemas eletrônicos de informação para a promoção da saúde no Brasil. Em: *XX ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2019, Florianópolis – Anais* [Em linha] [consult. 2022-07-11]. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1184/602>.
- SOUZA, E. D., 2011. *A Epistemologia Interdisciplinar na Ciência da Informação: Dos Índícios aos Efeitos de Sentido na Consolidação do Campo Disciplinar* [Em linha]. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte [consult. 2022-05-20]. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-8P2JNH>.
- VIEIRA, A. C. G., 2014. O Projeto cartão nacional de saúde e a construção de e-Saúde para o Brasil. Em: *TIC Saúde 2013: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos estabelecimentos de saúde brasileiros*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, pp. 31-43.